

Soe. 34

Soe. 34

2006



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
TRABALHO DE FIM DE CURSO

**FEMINISMO E GÉNERO : UM ESTUDO DO IMPACTO DA MILITÂNCIA
FEMINISTA NA CIDADE DE MAPUTO**

(Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane)

AUTOR: Aureliano do Rosário Chachuaio
SUPERVISOR: Dr. Adriano Maurício

U.E.M. - UFICS	
N.º	5634
DATA	18/09/07
REQUISIÇÃO	oferta
COTA	soe - 34

Maputo, Outubro de 2006

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
TRABALHO DE FIM DE CURSO

FEMINISMO E GÊNERO: UM ESTUDO DO IMPACTO DA MILITÂNCIA
FEMINISTA NA CIDADE DE MAPUTO

SUPERVISOR

Dr. Adriano Maurício

AUTOR

Aureliano do Rosário Chachuaio

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau
de licenciatura em sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Outubro de 2006

DECLARAÇÃO

Eu, **AURELIANO DO ROSÁRIO CHACHUAIO**, estudante da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso de licenciatura em Sociologia, nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico e que ele constitui o resultado da minha investigação individual, feita com base nas fontes mencionadas na bibliografia e nos métodos descritos no texto.

O Autor

O Supervisor

Aureliano do Rosário Chachuaio

Dr. Adriano Maurício

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, Aurélio e Rosária;

À minha namorada Hilária;

Aos meus irmãos, José, Simão, Casimiro, Palmira, Mário, Dália e Nelson;

Aos meus sobrinhos e minhas cunhadas;

Pelo carinho e amor que sinto por eles.

Aos militantes feministas,

Pela coragem e determinação na sua luta.

AGRADECIMENTOS

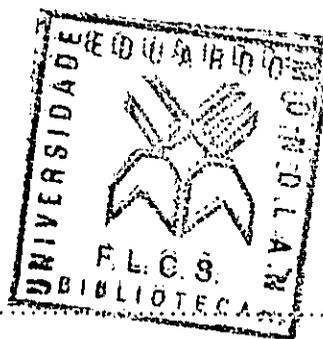
Quero agradecer do fundo do meu coração, a todos que directa ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Infelizmente a lista dos que me apoiaram, quer individualmente, como institucionalmente não cabe nesta página. Mas, não deixaria de agradecer de forma particular ao meu supervisor, Dr. Adriano Maurício, pela paciência e atenção que teve comigo e pelos conselhos que me deu ao longo de toda pesquisa.

Aos docentes do departamento de sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, que me ensinaram a dar os primeiros passos no mundo da Sociologia.

Aos meus entrevistados por me terem fornecido informações preciosas e bastante úteis para o trabalho.

A todos muito obrigado!



ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	VI
RESUMO.....	VII

CAPÍTULO I

1.INTRODUÇÃO.....	1
1.1.Contextualização.....	4
1.2.A construção da problemática.....	6

CAPÍTULO II

2.REVISÃO DA LITERATURA.....	9
2.1.Gênero como categoria social.....	14
2.2.Quadro teórico.....	15
2.3.Conceitualização.....	18

CAPÍTULO III

3.METODOLOGIA.....	22
3.1.Campo de análise.....	22
3.2.Fases da pesquisa.....	23
3.3.Instrumentos de observação.....	24

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	26
4.1. Caracterização dos militantes feministas.....	26
4.2. A situação das relações de género.....	30
4.3. O impacto do feminismo na vida dos militantes.....	32
4.4. Principais dificuldades dos feministas e estratégias de superação.....	41
5. CONCLUSÃO.....	47
6. BIBLIOGRAFIA.....	49
6.1. Fontes principais.....	49
6.2. Fontes secundárias.....	51
7. ANEXOS.....	54
Anexo I. Instrumento de observação.....	54
Anexo II. Tabela dos entrevistados.....	56
Anexo III. Tabela síntese.....	56
Anexo IV. Lista de algumas associações e organizações que trabalham na área da Mulher e do género.....	57

SIGLAS E ABREVIATURAS

- 1.CEA- Centro de Estudos Africanos
- 2.DF- Destacamento Feminino
- 3.EUA- Estados Unidos da América
- 4.FFE- Fundação Friedrich Ebert
- 5.FLCS- Faculdade de Letras e Ciências Sociais
- 6.FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
- 7.IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- 8.LALN- Luta Armada de Libertação Nacional
- 9.OMM- Organização da Mulher Moçambicana
- 10.ONG'S-Organizações não Governamentais
- 11.PAWLO- Pan-african Women Liberation Organization
- 12.PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
13. SARDC- Southern African Reseach and documentation centre
- 14.UEM- Universidade Eduardo Mondlane
- 15.UN- United Nations
- 16.UNICEF-Fundo das Nações Unidas para Infância

RESUMO

No presente estudo, propusemo-nos a avaliar o impacto da militância feminista na vida pública e privada dos militantes feministas com incidência para os militantes da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento, Associação Moçambicana da Mulher de Carreira Jurídica e a Associação da Mulher na Comunicação social. Procuramos analisar especificamente os princípios que os orientam, bem como a forma como estes se comportam no seu dia-a-dia.

Foi formulada uma questão, a partir da qual, procuramos saber qual é o impacto da militância feminista na vida dos militantes. O nosso pressuposto era de que apesar de os militantes feministas se mostrarem determinados na luta pela igualdade, continuam se comportando, no seio familiar, de acordo com os papéis sociais de homens e mulheres, assumidos durante o processo de socialização e, que a militância feminista contribui para o aumento das oportunidades de integração das militantes feministas, na vida pública, tais como participação em cargos de direcção, no campo político, no mundo dos negócios, em profissões tidas como masculinas, bem como o reconhecimento do seu papel na sociedade.

A observação foi realizada na cidade de Maputo, concretamente nas três associações sobre as quais incide o nosso estudo, onde fizemos a recolha de dados, através de entrevistas semi-estruturadas e da observação directa, nas residências e locais de trabalho dos militantes. Para esta observação, foi definida uma amostragem intencional tomando em conta a disponibilidade e acessibilidade dos entrevistados, bem como a sua importância do nosso ponto de vista, para o esclarecimento do assunto estudado.

Os resultados da pesquisa confirmaram a não mudança de papéis de homens e mulheres entre os militantes feministas, no seio familiar, bem como o aumento das oportunidades das militantes feministas na vida pública. No entanto, pudemos constatar que as desigualdades de género prevalecem, e tomando em conta que os militantes feministas desejam entre outras coisas, mudar a situação do desempenho de papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres e alcançar a igualdade de género, concluímos que a militância feminista ainda não tem um grande impacto na vida destes.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho que tem como título, *Feminismo e Género: um estudo do impacto da militância feminista na Cidade de Maputo*, foi concebido como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.

O tema que se pretende desenvolver neste trabalho está implícito no título proposto, uma vez que a pesquisa, visa compreender possíveis mudanças na vida dos militantes feministas como resultado das acções que estes desenvolvem com vista ao ajustamento e mudança dos papéis sociais de homens e mulheres na Sociedade. A partir dessa compreensão, esperamos dar o nosso modesto contributo na análise e compreensão da questão das relações de género em Moçambique, concretamente no que diz respeito aos avanços alcançados pelos feministas; aos seus constrangimentos e às estratégias de luta.

Para melhor desenvolver a sua luta e tentar alcançar os seus objectivos, os militantes feministas organizam-se normalmente em associações, sendo por esta razão que o nosso estudo irá incidir sobre os militantes de três associações feministas nomeadamente a Associação Mulher Lei e Desenvolvimento, a Associação Moçambicana da Mulher de Carreira Jurídica e a Associação da Mulher na Comunicação Social.

O tema mostra-se relevante no actual contexto social, Económica e Política do mundo e de Moçambique em particular, marcado pela promoção da equidade de género. Os debates sobre género, procuram mostrar as vantagens da equidade e as desvantagens da discriminação, nas relações de género, onde se avança a ideia de que a discriminação de género, reflecte-se negativamente em vários aspectos da vida, tanto do homem, assim como da mulher.¹

¹ Vide Lalonde (1989)

Esta ideia, vem sustentar a necessidade do envolvimento de homens e mulheres, no desenvolvimento de esforços para o estabelecimento de uma nova ordem social, marcada pela equidade de género.

Os apelos no sentido de lutar pela igualdade, parecem estar a encontrar resposta no nosso país. Homens, mulheres, governo e sociedade civil, tendem a envolver-se cada vez mais nesse desafio e há cada vez mais acções a serem realizadas, particularmente por militantes feministas. Todavia, há que começar a olhar com mais atenção para os resultados que estão a ser alcançados; para os obstáculos encontrados; e para a definição de estratégias cada vez melhores, se tomarmos em conta que o desafio é ainda muito grande.

Ao avaliar o impacto da militância feminista na vida dos militantes, esperamos identificar dados úteis, para compreender os progressos alcançados na luta feminista no contexto social moçambicano e para compreender as dificuldades que eles encontram na sua luta.

Não esperamos neste trabalho, poder contribuir de forma directa para as estratégias feministas, mas contamos levantar aspectos de debate que possam servir em análises ou estudos futuros que visam encontrar melhores estratégias, na prossecução dos objectivos feministas ou nos esforços pela equidade de género, no nosso contexto social.

O corpo do trabalho está dividido em quatro partes principais: o primeiro capítulo, onde temos esta introdução, na qual fazemos as considerações iniciais do nosso estudo e suas motivações; a contextualização e a construção da problemática que compreendem o historial do movimento feminista, e a apresentação do problema.

O segundo capítulo, comporta a revisão da literatura, relativa aos estudos empíricos sobre feminismo e género em Moçambique. Apresentamos também neste capítulo, os fundamentos do carácter social da categoria género, o quadro teórico, os objectivos do estudo, as hipóteses e a conceitualização.

O campo de análise, as etapas e os procedimentos da pesquisa, a população e amostra, e os instrumentos de observação são apresentados no terceiro capítulo, da metodologia. No quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa, divididos em quatro sub - capítulos que tratam da caracterização dos militantes feministas, da situação das relações de género em Moçambique, do impacto do feminismo na vida dos militantes e das principais dificuldades e estratégias de superação respectivamente. Finalmente, temos as conclusões tiradas da análise feita ao longo do trabalho.

1.1. Contextualização:

Na contextualização do nosso trabalho, iremos apresentar um breve historial da origem do movimento feminista em Moçambique e, abordar as circunstâncias que deram origem às associações e/ou organizações feministas, incluindo os principais aspectos que acompanham o seu desenvolvimento.

Fazendo uma leitura do trabalho de Casimiro (2001), podemos afirmar que em Moçambique, o desenvolvimento do movimento feminista e a luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, associa-se, à semelhança do que acontece no continente em geral, à participação da Mulher na luta de libertação nacional e, mais particularmente com a criação do Destacamento Feminino (DF) e da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) no seio da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

“Datam já de 1962, referências a grupos de mulheres que por iniciativa própria, se organizaram para apoiar a frente” (Casimiro, 1999: 166). No entanto, segundo a mesma autora, a OMM é a primeira organização de tipo moderno, criada pela FRELIMO, durante a luta armada de Libertação Nacional (LALN), em 1973. Esta organização é a única que pode ser considerada de dimensão nacional, pois está implantada em todo o território nacional, com estruturas nacionais, provinciais, distritais, de Localidade e de Bairro.

Presume-se que através desta organização, a mulher moçambicana encontrou na FRELIMO condições para a sua integração no campo económico, político e social, tendo tido um importante papel na fase da luta de libertação nacional e ressalta-se o papel particular do destacamento feminino neste processo:

“Foi ao nível do DF que o papel da Mulher adquiriu características qualitativamente novas; combatendo, a mulher entrou num lugar sagrado, reservado ao Homem. O facto de viver em campos de treino, usar calças, formar mulheres mas também homens... provocou uma autêntica revolução em zonas camponesas e conservadoras (Casimiro, 1999: 169).

A ideia de movimento feminista em Moçambique, começa a ganhar corpo com a participação da Mulher na Luta de Libertação nacional. Mas só a partir de inícios da década 90 é que o movimento feminista em Moçambique, começa a registar um crescimento considerável com o surgimento de várias associações, viradas para a defesa dos interesses da Mulher e da igualdade de género, à semelhança de outras associações voluntárias e organizações não governamentais (ONG'S) que lutam pela defesa dos direitos humanos e desenvolvimento sócio-económico dos cidadãos em geral.

Dados do KULIMA² (1997), indicam que grande parte das associações e ONG'S, foram criadas a partir dos princípios desta década. E esse crescimento é visto por Casimiro (1999), como estando relacionado com a aprovação da constituição da República de 1990, que concede a todos os cidadãos, o direito à associação e os debates e reflexões em torno do associativismo e do papel da sociedade civil.

É neste período que começam a surgir várias associações e organizações, actuando em várias áreas como: desenvolvimento sócio-económico, direitos humanos, em especial dos direitos da Mulher, meio ambiente e em diversos ramos sócio-profissionais. Entre elas, temos a Associação da Mulher Empresária e Executiva - ACTIVA, criada em 1990, a Associação para a promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio-cultural da Mulher - MBEU (1991) a Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento - MULEIDE (1991). a Associação das Donas de Casa - ADOCA (1992), a Associação Moçambicana Mulher e Educação - AMME (1994), a Associação Moçambicana da Mulher de Carreira Jurídica - AMMCJ (1995) a Associação da Mulher na Comunicação Social - AMCS (1998) e a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural - AMRU (1999).³ Este crescimento numérico é, por outro lado, acompanhado por discursos e mensagens de reivindicação da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

² Organização não governamental nacional, criada para a promoção do Desenvolvimento sócio-económico integrado

³ Vide Kulima (1997)

Estas associações são entendidas no nosso trabalho, como associações feministas com base no conceito de feminismo apresentado na conceitualização e, nos objectivos que estas perseguem (promover a igualdade entre homens e mulheres, ou seja, igualdade de género).

1.2 A construção da problemática

De modo geral, o objectivo que as associações feministas perseguem é único: erradicar a Subordinação da Mulher em todas as suas formas de manifestação na Sociedade (Curiel, 2000). Procuram alcançar a igualdade entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida social, ou seja, alcançar a igualdade de género.

Como resultado da forma como são socializados, homens e mulheres desempenham diferentes papéis na sociedade, sobretudo a nível da esfera privada ou familiar, onde normalmente cabe à Mulher, a responsabilidade de administrar e gerir os bens da casa, cuidar das crianças, preparar os alimentos, enquanto o homem assume a chefia da casa, cabendo-lhe a responsabilidade de garantir o salário/rendimento para o sustento da Família e a definição das estratégias familiares (Osório, 1998) pois, normalmente, são educados ou socializados nesse sentido. Essa diferença no desempenho de papéis sociais que se vai cristalizando a partir da Família, estende-se depois a outros meios sociais, tais como escola, local de trabalho, mundo dos negócios, campo político e outros que podemos aqui chamar esfera pública.

A luta das Associações feministas e dos militantes feministas em particular, vai no sentido de produzir mudanças nesses papéis sociais, de modo a que haja igualdade entre homens e mulheres, e grande parte delas, adopta como estratégias ou objectivos específicos, para sermos mais precisos, a promoção da participação da Mulher em projectos económicos, na formação e educação, em órgãos de tomada de decisão, realização de palestras e debates sobre a situação da Mulher e, lutar pela aprovação e divulgação de leis que protegem a Mulher.⁴

⁴ Informações recolhidas em entrevistas, folhetos de divulgação e estatutos na MULEIDE, AMMCJ e Fórum Mulher.

Como resultado dessa estratégia, hoje em dia, já existem muitas mulheres participando em áreas de investimento, com um poder económico considerável, frequentando vários níveis escolares e diversos cursos tidos como masculinos, ocupando cargos de direcção em órgãos de tomada de decisão, partidos políticos e empresas e, existem leis e Políticas governamentais que protegem as mulheres. Mas, há que procurar saber o que é que tudo isso significa nas relações de género, se isso traz de facto, alguma mudança nos papéis sociais de homens e mulheres.

No nosso entender, apesar desses avanços, a situação das desigualdades de género, prevalece em Moçambique. Homens e mulheres, continuam desempenhando papéis sociais diferentes, sobretudo ao nível da esfera privada, afectando em grande medida as relações de género na esfera pública, e isso, é reflexo da forma como são socializados, é um problema que tem a sua raiz nos aspectos sócio-culturais.

Sendo assim, entendemos que ao privilegiar a participação das mulheres em projectos económicos, na formação e educação, em órgãos de tomada de decisão e aspectos legais, as associações feministas, encontram grandes dificuldades para alcançar o seu objectivo, de transformar os papéis sociais de homens e mulheres para alcançar a igualdade de género, pois quanto a nós, o problema tem origem em aspectos sócio-culturais. Acreditamos que enquanto se desenvolve esta luta na esfera pública, a nível familiar, continua se socializando as crianças para assumirem os papéis socialmente tomados como masculinos ou femininos, conforme sejam de um ou de outro sexo.

Entendemos ser por esta razão que mulheres, mesmo ocupando cargos de direcção, mesmo possuindo alto grau de instrução, mesmo possuindo uma auto-suficiência financeira e mesmo aquelas que se evidenciam na luta pela igualdade de género, em muitos casos, continuam se comportando de acordo com o papel social da Mulher, continuam tendo limitações para se assumirem como efectivamente iguais aos homens, nas relações de género, e isso, é mais evidente na esfera privada ou familiar, onde estas continuam ligadas às tarefas domésticas, socialmente definidas como sendo de sua responsabilidade, tais como: cozinhar, lavar e cuidar das crianças. E se não o fazem directamente, pelo menos assumem essas tarefas como sendo de sua responsabilidade. Os homens também, ainda que se declarem militantes feministas, têm a mesma tendência.

Uma mulher por exemplo, pode enfrentar dificuldades de cumprir missões de serviço, tais como trabalhar em períodos noturnos ou fazer viagens de serviço, devido a responsabilidades domésticas. Portanto, o feminismo pode não estar a produzir grandes mudanças nas relações de género e nem mesmo na vida dos próprias militantes feministas, daí que o nosso problema de pesquisa pode ser formulado assim: *Qual é o impacto da militância feminista na vida dos militantes?*

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DA LITERATURA



Pretendemos nesta parte do nosso trabalho, fazer uma revisão dos estudos empíricos que contribuem no debate sobre o feminismo e relações de género em Moçambique, realizados por Isabel Casimiro, com o título *paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*, publicado em 1999, uma das principais obras, pelo menos das que foram consultadas por nós, que abordam a questão de associações feministas em Moçambique e por Edda Collier, intitulado *em direcção a igualdade de género: um perfil de género em Moçambique*, publicado em 2001, que aborda entre outros aspectos questões legais.

Isabel Casimiro começa por fazer uma abordagem do movimento feminista de um modo geral, para depois entrar para as particularidades de Moçambique. Para esta autora, o facto de o movimento feminista ter sido dirigido principalmente por mulheres de várias origens, com necessidades e estratégias diferentes, fez com que este conhecesse ao longo do tempo, diferentes tendências e, para o caso do ocidente distinguem-se três vagas principais:

O movimento feminista sufragista, que estava mais virado para a luta pelo direito de voto feminino, influenciado por importantes acontecimentos que marcaram a época, tais como a revolução burguesa alemã, o lançamento do manifesto comunista de Marx e Engels, em 1848, a obra "A mulher e o socialismo" de August Bebel (1879) e, a obra de Engels "A origem da família, da propriedade privada e do Estado" (1884); *O movimento feminista da igualdade* entre o período depois da segunda guerra mundial e a década oitenta, que inclui o feminismo reformista ou liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical, enfatizando a procura da igualdade entre mulheres e homens no quadro da sociedade capitalista e; *o movimento feminista da diferença* que começa nos finais da década de oitenta do século XX, mais preocupado em lutar contra a hierarquização dos géneros e menos com a diferença.

Citando Jirira (1995), Mcfadden (1997) e Amadiume (1997), Casimiro (1999) aponta quatro factores na emergência do feminismo em África nomeadamente, o movimento endógeno de mulheres que teria caracterizado grande parte das sociedades africanas; a resistência anti-colonial; a participação da Mulher no movimento de libertação nacional, que criou espaços para as mulheres transformarem as posições anteriormente defendidas sobre a Mulher na sociedade, nos seus papéis de mãe, esposa e filha subserviente e obediente e; a existência de mulheres profissionais e outras educadas nas universidades, tanto em África, como em outros continentes, mulheres independentes economicamente e que foram gradualmente, adquirindo visibilidade pela sua participação, também em organizações de diverso tipo.

A autora atribui uma grande importância a participação da mulher na LALN (Luta Armada de Libertação Nacional) para a emergência do movimento feminista e dos debates sobre o feminismo e relações de género em Moçambique. Esta participação na luta em pé de igualdade com o homem foi importante não só do ponto de vista da emancipação da Mulher, mas também do próprio avanço da luta. "A sua participação na luta e, conseqüentemente o avanço desta, teriam sido limitados se as mulheres houvessem sido mobilizadas como agentes dependentes e inferiores aos homens" (Casimiro, 1999: 131). Porém, a representação social da Mulher, ficou dependente das necessidades do movimento nacionalista,⁵ que era lutar contra o colonialismo, pela independência da Nação.

Para Casimiro (1999), esta representação, reproduziu-se no período pós-independência, tendo a emancipação da Mulher sido entendida, muitas vezes como algo oferecido pela FRELIMO e, não como um direito conquistado durante a LALN e, que foi objecto de influência do movimento feminista internacional e de outros países.

Mesmo participando na LALN, conforme a autora, a Mulher continuava a desempenhar papéis socialmente percebidos como sendo de sua responsabilidade, nas relações de género como sejam, alimentar os guerrilheiros, cuidar das Escolas, infantários e centros de saúde, enquanto os homens se ocupavam da actividade militar. A Mulher só veio a participar em combates com a criação do Destacamento feminino em 1966.

⁵ Casimiro (1999), apresenta o hino da Mulher como evidência da representação social da Mulher, dependente das necessidades do movimento nacionalista moçambicano.

Apesar de se ter verificado um repensar sobre o papel da Mulher na sociedade, sobre as relações sociais com o homem e sobre o tipo de sociedade a edificar, como resultado da sua participação na LALN (Casimiro, 1999), não houve um repensar das tarefas reprodutivas da Mulher, e de alguma forma, foram reconfirmados na luta, os papéis da Mulher como mãe, esposa e trabalhadora universal, não paga. Isto significa no nosso entender, que a Mulher continua sendo discriminada em Moçambique, apesar do envolvimento desta na LALN, entendido como sendo favorável para uma situação de emancipação da mulher e de igualdade de género.

Edda Collier (2001) discute no seu trabalho, alguns aspectos quanto a nós de realce, uma vez que, nos permitem compreender certas limitações, no que diz respeito a luta pela igualdade de género, levada a cabo particularmente pelos feministas. Esses aspectos tem a ver com a lei, quer formal assim como costumeira.

A lei formal, através da constituição da república, defende o princípio da igualdade de género, sendo esse princípio, mais explícito nos artigos 66 e 67 da constituição de 1990, onde se afirma que:

- Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão (artigo 66);

- O homem e a Mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural (artigo 67).

No entanto, a autora afirma não ter sido registado nenhum caso no tribunal, baseado na violação destes artigos e, que isto tem a ver com a fraqueza dos mecanismos de administração da lei e a ignorância da Mulher quanto aos seus direitos. Os tribunais não possuem capacidade para assegurar que a lei seja aplicada, devido a falta de pessoal formado e recursos materiais.

Nota-se então que a lei protege, mas a sua aplicação, implica o recurso ao sistema judicial formal que, segundo a autora, é caro e lento e pressupõe um certo nível de conhecimentos legais dos seus direitos, por parte das mulheres, isso faz com que, questões de família e pequenos conflitos, sejam cada vez mais resolvidos através de mecanismos informais de resolução de conflitos (tribunais da comunidade e líderes tradicionais) que provavelmente, aplicam normas costumeiras, que perpetuam a violência contra a Mulher e o estado de subordinação desta, em todos os aspectos da vida pública e privada.

As leis costumeiras, Collier (2001), apesar de serem diversas em Moçambique, possuem uma característica comum que é de servirem para perpetuar o estado de subordinação das mulheres e manter as relações de género patriarcais, tanto nas comunidades, como na vida privada, restringindo o acesso das mulheres aos seus direitos, mesmo nas sociedades matrilineares, as mulheres só têm direitos através de seus familiares masculinos (irmãos e tios maternos).

Da análise que a autora faz dos aspectos culturais, conclui que, "...a violência doméstica é tolerada através de valores culturais que, mantêm relações patriarcais entre membros de famílias e entre homens e mulheres em particular"(Collier, 2001: 37).

Outro aspecto que merece reflexão por parte da autora é a participação da Mulher em diversas esferas da vida (política, económica, social e sobretudo em órgãos de tomada de decisão), onde é notável um crescimento. Mas considera que a participação em si, não significa que as mulheres sejam eficazes na representação das mulheres e na articulação de assuntos de género. Muitas vezes, as vozes das mulheres, não são ouvidas por causa da resistência do homem e da própria ineficácia das mulheres. Muitas vezes, as mulheres que participam na função pública e sectores de tomada de decisão, centram-se mais nas preocupações práticas, relacionadas com a actual divisão de trabalho e estruturas de poder, em vez de desafiar estas estruturas de poder.

Quanto as ONG'S e associações, Collier (2001) considera que no geral, elas têm limitado a capacidade de analisar as questões de género, na medida em que priorizam programas e/ou projectos de alfabetização, créditos para mulheres, Educação, Saúde, campanhas de educação cívica para as mulheres e violência contra mulheres, no lugar

de desafiar aspectos estratégicos das desigualdades de género, como sejam hábitos, crenças e valores culturais.

Estes trabalhos que passamos em revista, sugerem que a Mulher é dotada de capacidades para estabelecer uma relação de igualdade com o Homem e, que existem esforços nesse sentido. Mas, por outro lado, sustentam que apesar desses esforços, a situação de desigualdade ainda é uma realidade em Moçambique. Defendem também que os debates que se fazem, indicam de alguma forma, uma certa receptividade e sensibilidade do assunto de género mas, que a prática mostra o contrário.

Há um mérito destes trabalhos, dado que por um lado, mostram que há uma luta que se desenvolve na nossa sociedade, muito em particular pelos feministas mas, que não tem oferecido os resultados desejados e, por outro lado, que há algumas limitações na luta dos feministas pela igualdade, destacando entre essas limitações valores culturais, resistência do homem e até mesmo a ineficácia da própria mulher e dos feministas, na sua luta.

A compreensão dessas limitações, tem uma importância particular no contexto do nosso trabalho, pois constitui um ponto de partida para a discussão das dificuldades encarradas pelos feministas na sua luta, bem como das estratégias que adoptam para superá-las. Mas, sendo que a abordagem é feita do ponto de vista do impacto da luta feminista na vida das mulheres em geral, a nossa proposta é, abordar o assunto do ponto de vista do impacto da luta feminista, na vida dos próprios militantes. Procedendo assim, julgamos ter a possibilidade de estudar um grupo específico, com certos princípios orientadores e estratégias definidas para o alcance dos seus objectivos; um grupo que tem consciência da problemática das desigualdades de género e da luta que se desenvolve com vista a igualdade de género.

2.1. Género como categoria social

Na discussão da questão de género como categoria Social, a nossa intenção é procurar mostrar os fundamentos do carácter social desta categoria, através das ideias desenvolvidas nos trabalhos de Moema Viezzer (1989) e Helena Lalonde (1989).

O género é segundo Lalonde (1989), uma categoria social, na medida em que é reconhecidamente um produto da cultura e varia de uma cultura para outra. Deste modo, é diferente de sexo, que determina e define os seres humanos a nível de espécies, e não varia entre culturas. Enquanto o sexo se refere a masculinidade e feminilidade biológicas, género tem a ver com a masculinidade e feminilidade socializadas (comportamentos e papéis socialmente entendidos como sendo próprios dos homens ou das mulheres).

O conceito de género, serve assim, para diferenciar características biológicas inatas e fixas, de características construídas e mantidas socialmente que comportam a capacidade de mudar. Serve para dar conta de que as nossas identidades sociais básicas, como homens e mulheres, são construídas socialmente e não baseadas em características biológicas fixas.

Moema Viezzer (1989), apresenta praticamente os mesmos fundamentos para sustentar o carácter social da categoria género, ao considerar que este, tem a ver com comportamentos sociais do Homem e da Mulher. Diferentemente do sexo que é fisiológico e diz respeito a aspectos biológicos, o género no sentido amplo é cultural e sociológico.

Com base nesta ideia, podemos afirmar que os indivíduos nascem do sexo feminino ou masculino, mas vão assumindo ao longo da sua vivência social (processo de socialização), certos comportamentos e papéis sociais, tidos socialmente como sendo masculinos ou femininos. Nesta perspectiva e, segundo Viezzer (1989), os géneros, assim como produtos e coisas, são determinados por relações socialmente construídas, isto é, não são naturais, pelo que não são imutáveis, pelo contrário, sendo resultantes de relações sociais, são susceptíveis de serem transformados e de serem mudados.

A ideia Viezzeriana de género como categoria social, pode ser melhor resumida na citação que se segue:

“O género de um ser humano é o significado social e político historicamente atribuído ao seu sexo. Nascemos macho ou fêmea. Somos feitos como um Homem ou uma Mulher. E o processo de fazer homens e mulheres é então, historicamente e culturalmente variável; conseqüentemente, pode ser potencialmente modificado através da luta política e das políticas públicas (Viezzer, 1989: 112).

Por enquanto, não vamos discutir as potencialidades transformadoras das políticas públicas e, nem da luta política. Mas, importa referir que é nossa intenção, contribuir no debate sobre relações de género, tentando identificar eventuais transformações ocorridas na vida dos militantes feministas, como resultado da luta desenvolvida por eles próprios, com vista a igualdade de género ou então à igualdade de direitos entre homens e mulheres.

2.2. Quadro Teórico

Normalmente as pesquisas científicas no campo das ciências sociais, apoiam-se em certos suportes teóricos. O problema e as hipóteses também comportam conceitos importantes, considerados conceitos-chave para a análise do próprio problema (Gil, 1996). Porém, há outros conceitos que apesar de não constarem no problema e nas hipóteses, também desempenham um papel importante na discussão e compreensão do tema proposto.

É desta forma que nesta parte do trabalho, vamos nos dedicar a apresentação da teoria base, que nos fornece a orientação geral da pesquisa; vamos apresentar definições dos conceitos-chave nomeadamente feminismo, papel social e socialização, e outros conceitos importantes para a discussão que pretendemos levantar; a articulação entre os conceitos e a teoria, bem como a articulação dos conceitos entre si na análise do problema.

O nosso trabalho é de cunho sociológico e privilegia a teoria do habitus, de Pierre Bourdieu. O habitus é definido pelo próprio autor, como sendo:

“Um sistema de disposições adquiridas implícita ou explicitamente pela aprendizagem, que funcionam como um sistema de disposições criadas, estratégias geradas que podem ser objectivamente compatíveis com interesses objectivos dos seus actores sem que tenham sido expressamente criadas para tal fim.”⁶

Atendendo a esta definição e fazendo uma leitura das ideias desenvolvidas por Bourdieu (1994), podemos entender que o habitus se apresenta como social e individual, refere-se ao grupo social,⁷ mas também ao elemento individual. O habitus é assim, uma noção que estabelece a interligação entre indivíduos e sociedade, na medida em que procura abarcar a interiorização pelos actores sociais, dos valores, normas e princípios sociais e a externalização da objectividade social, que pode certamente ocorrer de forma subjectiva. As acções sociais⁸ são realizadas pelos indivíduos, mas são realizadas dentro dos limites objectivamente estruturados, no interior da sociedade global. Há uma interiorização por parte dos actores sociais, dos valores e normas sociais que garantem a adequação entre as acções do sujeito e a realidade objectiva da sociedade como um todo.

O habitus é um princípio conformador e orientador da acção humana, mas na medida em que é produto das relações sociais, tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objectivas que o produzem. É nesta ordem de ideias que os actores sociais agem normalmente de forma previsível em determinada situação particular objectivamente estruturada, pois há uma tendência de adequação entre o habitus e essa situação, podendo daí resultar práticas sociais que envolvem tanto a subjectividade e até mesmo as necessidades dos actores sociais, assim como a objectividade social.

⁶ Definição traduzida do texto original em inglês, extraída da obra de Pierre Bourdieu “Sociology in question” 1993 pp76

⁷ Grupo social significa “diversas pessoas que partilham de padrões organizados de interacção recorrente” (Horton & Hunt, 1981:128)

⁸ Acção social “é toda a maneira de pensar, sentir e agir, cuja orientação se estrutura segundo modelos que são colectivos, que dizer, que são partilhados pelos membros de uma qualquer colectividade de pessoas” (Rocher, 1989:43)

O habitus é uma noção que segundo Bourdieu (1994), enfatiza a dimensão de um aprendizado passado, inclui esquemas de classificação preexistentes às representações sociais, por outras palavras, inclui a classificação da sociedade em classes e grupos distintos, com representações objectivas e que são internalizadas pelos indivíduos, segundo as classes e grupos sociais a que pertencem.

A cada uma das classes ou grupos sociais corresponde um habitus distinto, daí que podemos falar em habitus feminino e masculino. Estes dois habitus são diferentes, pois pressupõem representações sociais objectivas, distintas para cada um, que implicam por sua vez diferenças nos papéis sociais de homens e mulheres.

Quanto a nós, a teoria do habitus é muito útil para o estudo das representações sociais de homens e mulheres, dentro das relações de género, no contexto do nosso trabalho. Através desta teoria, podemos estudar os comportamentos objectivamente estruturados dos homens e das mulheres, os processos da internalização das representações sociais e da sua adequação com as acções dos indivíduos mas, acima de tudo, podemos estudar as diferenças nas práticas, bens, maneiras e opiniões entre homens e mulheres, diferenças que são geradas pelo habitus.

Teremos a teoria do habitus como suporte teórico para o estudo do comportamento dos militantes feministas, na esfera pública e privada e o sentido que esses comportamentos tomam, no contexto das relações de género.

Hipóteses

Na realização do nosso trabalho, partimos das seguintes hipóteses:

- I. *Apesar de os militantes feministas se mostrarem determinados na luta pela igualdade de género, continuam se comportando, no seio familiar, de acordo com os papéis sociais de homens e mulheres, assumidos durante o processo de socialização.*
- II. *A militância feminista, contribui para o aumento das oportunidades das militantes feministas, nas diversas áreas da vida pública.*

Objectivos

O objectivo geral do nosso trabalho é *avaliar o impacto da militância feminista, na vida pública e privada dos militantes.*

Especificamente, pretendemos *analisar a maneira como os militantes feministas se comportam no seu quotidiano*, por outro lado, pretendemos *analisar os princípios orientadores dos militantes feministas.*

2.3. Conceitualização

Feminismo

O conceito de feminismo é indispensável no nosso trabalho. Através dele, podemos identificar e conhecer os preceitos que norteiam o nosso grupo alvo de estudo e, formar uma ideia clara sobre a militância feminista. Este conceito, refere-se a “Uma diversidade de teorias e movimentos que criticam o preconceito masculino (male bias) e a subordinação das mulheres, comprometendo-se com a eliminação da desigualdade de género” (Casimiro, 1999 : 15).

O feminismo é assim, Casimiro (1999), um movimento social que revela uma vontade colectiva de lutar contra a opressão específica, experimentada pelas mulheres, que desafia o modo como as relações de género são socialmente construídas, e que constitui uma perspectiva transformadora, acerca de qualquer assunto que diga respeito a mulheres e homens.

Sendo estes os princípios do feminismo, podemos então afirmar que, os militantes feministas desafiam o processo de estruturação do habitus e propõem-se transformar o conjunto de disposições adquiridas, por mulheres e homens neste processo, que é por sua vez o processo de socialização, e que influenciam os seus comportamentos nas relações sociais entre ambos.

Consideramos **militantes feministas** a “todos os indivíduos de sexo feminino ou masculino, que são partidários deste movimento social e, que são activos na luta pela igualdade entre homens e mulheres. E **Associações feministas** a todas aquelas que defendem os direitos e interesses da mulher e, que lutam pela igualdade de género, orientando-se pelos princípios do feminismo.

Papel social

Segundo Horton e Hunt (1981), papel social é o comportamento esperado de uma pessoa que detém um certo status social. Entre papel e status, existe uma estreita ligação pois, se por um lado, status é um conjunto de privilégios e deveres, um papel é por outro, a passagem ao acto deste conjunto de deveres e privilégios.

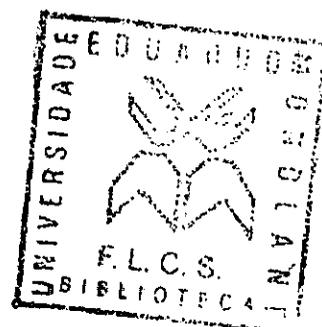
Se homens e mulheres desempenham papéis sociais diferentes, essa situação é assegurada pelo processo de socialização que, os leva a aceitá-los como apropriados e satisfatórios e, é esta situação que os militantes feministas desejam mudar.

Socialização

A socialização é definida como:

“Processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos sócio – culturais do seu meio, os integra na estrutura da sua personalidade sob influência de experiências de agentes sociais significativos e se adapta assim ao ambiente social em que se deve viver”(Rocher, 1989: 126).

Esta definição ajuda-nos a compreender que, o processo de socialização dos indivíduos é o principal responsável pela inculcação do habitus feminino e masculino e, em última análise, pelas diferenças de género. É a partir do processo de socialização que surgem as diferenças sociais entre homens e mulheres, pois “muitos anos de preparação diferencial, se coerente, levarão meninos e meninas à maturidade, com grandes diferenças em suas respostas, sentimentos e preferências”(Horton & hunt, 1981: 90).



Género

Na definição de Labonde (1989), género é todo um conjunto de expectativas relativas ao comportamento, aptidões e características prováveis dos homens e das mulheres. Refere-se aos significados sociais atribuídos a ser homem ou mulher, numa determinada sociedade.

Cultura

Para o conceito de cultura, seleccionamos a definição de Horton e Hunt (1981), que partem da definição clássica de Tylor (1871), segundo a qual cultura é um conjunto que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem, como membro da sociedade, para depois enunciarem o conceito de maneira mais simples como sendo, "tudo que é socialmente aprendido e partilhado pelos membros de uma sociedade" (Horton e Hunt, 1981 : 40).

Segundo estes autores, a cultura inclui padrões de comportamento organizados em uma série de papéis atribuídos e internalizados, propiciando assim, a realização do trabalho rotineiro da sociedade. A cultura pode ajudar os seres humanos a resolver alguns problemas, mas pode também atrapalhar o seu caminho na resolução de outros, como por exemplo a questão das desigualdades de género.

Família

Saraceno (1992), define Família como sendo um espaço físico, relacional e simbólico onde um conjunto de pessoas ligadas por laços de consanguinidade, de afinidade, ou de afectividade, partilham direitos e deveres.

A família tem portanto uma função importante de reprodução de relações sociais, ideia igualmente partilhada por Osório (1998), que apesar de reconhecer que a função principal da família é a reprodução biológica, por ser um lugar onde a sociedade se reconstitui fisicamente, defende que é também um lugar onde se reproduzem relações sociais específicas.

“Todas as sociedades dependem principalmente da Família para a socialização das crianças, na transição para se tomarem adultos que possam actuar com êxito”(Horton & Hunt, 1981: 171). A Família é portanto, uma instituição de socialização primária, onde a criança começa a desenvolver a sua personalidade, pelo que quando passa para outros meios sociais, fora da Família, já possui as bases da sua personalidade.

Representação social

De acordo com Moscovici (1969) citado por Valá⁹ uma representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, permitindo a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação da percepção e de elaboração de respostas, e contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade.

Vida Privada

No contexto do nosso trabalho, entendemos por vida Privada ao tipo de relações que os indivíduos estabelecem entre si, num ambiente restrito e íntimo, isto é, num ambiente caseiro ou familiar.

Vida pública

Por vida Pública, entendemos o tipo de relações que os indivíduos estabelecem entre si, fora do meio familiar, num ambiente mais abrangente a todos os membros de uma Sociedade, ou seja, que diz respeito a todos os membros da Sociedade.

⁹ Jorge Valá (1986.) Sobre representações sociais: Para uma epistemologia de senso comum In: cadernos de ciências sociais.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

3.1. Campo de análise

O presente estudo tem como grupo alvo, todos os militantes de algumas associações previamente seleccionadas, sobre as quais irá incidir de forma específica, o nosso estudo. Neste grupo, incluem-se mulheres e homens, membros ou simplesmente activistas das associações Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), da Mulher de Carreira Jurídica (AMMCJ) e da Mulher na Comunicação Social (AMCS), desde que estejam comprometidos com os princípios destas associações, mas acima de tudo, com os princípios do feminismo e que sejam activos na luta pela igualdade entre homens e mulheres.

Deste universo, foram entrevistados quinze (15) indivíduos seleccionados intencionalmente, uma amostra que consideramos essencial e significativa, se tomarmos em conta a natureza qualitativa do nosso trabalho.

Segundo Triviños (1987), o grande objectivo da pesquisa qualitativa não é a quantificação da amostra pelo que, ela pode ser seleccionada intencionalmente, tendo em consideração certas condições, tais como a importância dos entrevistados segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do problema estudado; facilidade para encontrar as pessoas e o tempo dos indivíduos para as entrevistas.

A escolha destas três associações, prende-se com o facto de terem uma aproximação em termos dos seus objectivos; terem uma certa coordenação nas suas acções (duas fazem parte do Fórum Mulher¹⁰); por acharmos que nos possibilita o estudo de um universo relativamente mais alargado, no conjunto das associações de carácter feminista e; pela facilidade de contacto dos seus militantes.

¹⁰ Fórum Mulher é Segundo Casimiro (1999) um grupo de organizações e instituições que trabalham em prol da mulher moçambicana. E um dos princípios que norteiam este fórum é a necessidade de conjugação e de coordenação de esforços na proiecção dos seus objectivos.

O nosso estudo foi realizado na Cidade de Maputo. A escolha desta cidade, justifica-se pelo facto de ser o lugar de maior concentração dos militantes feministas e, por ser o lugar de residência do candidato, factores que facilitaram de certa forma o processo do estudo. Por outro lado, achamos que a realização do estudo em outro espaço geográfico, fora da Cidade de Maputo, seria dispendioso e não seria exequível, pois não dispúnhamos de recursos materiais e financeiros necessários para esse fim.

O estudo do impacto da actuação das associações feministas, e até mesmo dos militantes feministas nas relações de género, seria quanto a nós, um projecto demasiado ambicioso e de difícil realização, razão pela qual, nos restringimos ao estudo do impacto da militância feminista na vida dos próprios militantes.

3.2. Fases da pesquisa

O nosso estudo, foi realizado em três fases principais: A Primeira fase incluiu a pesquisa bibliográfica e documental, realizada em algumas bibliotecas da cidade de Maputo, onde consultamos obras e documentos sobre o tema e, a realização de entrevistas exploratórias com informantes-chave e alguns militantes na MULEIDE, AMMCJ e AMCS.

Nesta fase, tivemos o primeiro contacto com o nosso grupo alvo e com as principais obras que abordam o feminismo e relações de género em Moçambique, que nos permitiu explicitar o objecto de estudo e o nosso problema de pesquisa e, nos forneceu os instrumentos teóricos para a análise e compreensão do problema proposto para discussão no nosso estudo.

A segunda fase, consistiu na recolha de informações, através de entrevistas semi-estruturadas entrevista colectiva e observação directa. Finalmente, a terceira fase compreendeu a análise e interpretação dos dados recolhidos e a respectiva elaboração do relatório final.

O processo de recolha e análise de dados, foi basicamente de carácter qualitativo, que segundo Neves (1996), é um tipo de pesquisa que tem a sua origem no campo das ciências sociais, em particular na Antropologia e na Sociologia. Este tipo de pesquisa, não procura enumerar eventos e geralmente não emprega instrumentos estatísticos para a análise dos dados. Por outro lado, possui um foco de interesse amplo, o que quer dizer que, possibilita a abordagem de vários aspectos de um mesmo objecto e, normalmente o pesquisador procura entender os fenómenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situar a sua interpretação dos fenómenos estudados.

A pesquisa qualitativa tem certas limitações como a dificuldade de busca de total objectividade, uma vez que, os pesquisadores por serem humanos e principais instrumentos da pesquisa, os seus juízos de valor podem interferir no trabalho e, a dificuldade de generalizar a outros contextos sociais, dado que os seus resultados se referem a contextos culturais distintos. No entanto, tem também grandes vantagens, tais como trabalhar com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, aspectos de extrema importância no nosso trabalho.

3.3. Instrumentos de observação

Existem vários tipos de instrumentos de observação, através dos quais se faz a recolha do material empírico necessário para um estudo, entre eles as entrevistas que segundo Quivy e Campenhoudt (1992), distinguem-se dos outros métodos, pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana, permitindo ao investigador obter informações e elementos de reflexão muito ricos, e a observação directa que é ainda de acordo com os mesmos autores, um método no sentido restrito, baseado na observação visual.

O nosso trabalho privilegiou como método de recolha de informações, a observação indirecta por meio de entrevistas semi-estruturadas aliada a observação directa feita nos locais de residência e de trabalho dos militantes feministas e, a pesquisa bibliográfica que consistiu na análise de documentos (estatutos, folhetos de divulgação, relatórios e resoluções legais) que versam sobre o feminismo.

A pesquisa bibliográfica permitiu-nos recolher dados preliminares, necessários para o estudo. Através das entrevistas semi-estruturadas, pudemos estabelecer um contacto directo com os nossos interlocutores, onde estes exprimiram as suas percepções dos acontecimentos, as suas interpretações e experiências.

Com as nossas perguntas relativamente abertas e, todo o processo de interacção havido durante as entrevistas, procuramos levar os nossos interlocutores a aceder a um grau máximo de autenticidade e de profundidade do assunto tratado.

Realizamos também a observação directa, nas residências de sete dos indivíduos do total da nossa amostra, os únicos que se dispuseram a nos receber nas suas casa; na sede da MULEIDE e na Rádio Moçambique (RM), onde trabalha a maioria dos membros da AMCS por nós entrevistados. No entanto, não nos foi possível realizar a observação directa na AMMCJ, devido ao facto da maioria dos membros que prestam serviços à associação, entre os que entrevistamos, trabalharem a tempo parcial e com horários muito variados.

A observação directa, foi importante uma vez que, nos permitiu apreender os comportamentos dos actores sociais e os acontecimentos envolvidos no seu processo de interacção, no momento exacto em que se produzem. Por outro lado, estas acções dos actores sociais e os acontecimentos são segundo Quivy e Campenhoudt (1992), relativamente mais autênticos em comparação com as palavras e os escritos.

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa do nosso trabalho, apresentamos a informação obtida no campo, que nos irá permitir estabelecer uma comparação entre os resultados observados e as hipóteses levantadas.

Na nossa análise e interpretação, usamos em certos momentos, valores percentuais sem que, no entanto, haja da nossa parte qualquer intenção de recorrer à análise quantitativa. O nosso intuito é apenas de tentar transmitir uma ideia geral e, de forma sintética, das particularidades observadas ao longo da pesquisa empírica. Portanto, o nosso interesse continua recaindo sobre o significado sociológico destas informações, pelo que, continuámos fiéis a natureza qualitativa do nosso trabalho.

A nossa unidade de observação empírica, foi constituída pelos militantes feministas das três associações previamente escolhidas, nomeadamente a MULEIDE, a AMCS e a AMMCJ. A recolha da informação, decorreu na Cidade de Maputo, tendo sido realizadas quinze entrevistas, sendo treze entrevistas a militantes do sexo feminino e as restantes duas, a militantes do sexo masculino.

4.1. Caracterização dos militantes feministas

Entre as principais características dos militantes feministas temos o sexo, uma variável que nos irá ajudar a entender, a questão do envolvimento de homens e mulheres, na luta pela igualdade de género; a idade dos militantes que, nos ajuda a compreender a faixa etária mais predominante e os prováveis efeitos dessa predominância, na luta pela igualdade; o nível escolar, variável útil para discutir a visão, que os indivíduos têm, sobre a questão das relações de género e as vantagens ou desvantagens que a possível diferenciação, em termos dessa visão, pode trazer para os indivíduos na sua interacção, no contexto das relações de género; o estado civil, que nos ajuda a discutir a eventual relação entre os divórcios e solteirismo e a militância feminista; finalmente, os anos de militância que, nos podem servirem de elemento para dar uma ideia do tempo que os militantes têm, dedicando-se a luta pela causa feminista.

A primeira constatação que tivemos, em termos das características da população estudada, é de que os militantes feministas são na sua maioria mulheres. Sendo os homens em número bastante reduzido, apenas dois, dos quinze indivíduos entrevistados, o que corresponde a 13.33%. Esta percentagem, mostra que ainda há um fraco envolvimento dos homens na luta pela igualdade de género, particularmente a nível das associações.

Esta fraca participação dos homens, é presumivelmente explicada pelo facto da própria mulher, não dar muito campo ao homem, por assumir a luta pelos direitos da mulher e de igualdade de género, como uma luta que diz respeito acima de tudo às mulheres, sendo que muitas das vezes, as mulheres olham para o homem como sendo o opressor a ser combatido.

Uma das nossas entrevistadas, falando acerca do reduzido número de homens envolvidos nessa luta, afirmou o seguinte:

"Devo dizer que muitas das vezes nós as mulheres também temos culpa porque... pouca coisa fazemos no sentido de envolver mais os homens na nossa luta. Mesmo aqui na nossa associação (MULEIDE) e, isso acontece em quase todas, senão todas mesmo, não há equilíbrio de género, a grande maioria que se encontra sentada nos gabinetes são mulheres, homens é só o motorista e o guarda, o que pode representar uma situação de reprodução dos papéis sociais atribuídos aos homens e das próprias desigualdades de género¹¹. Nós as mulheres assumimos a luta como nossa e não damos espaço ao homem o que é bastante negativo. Quando olhamos para o homem, vimos aquela pessoa que nos oprime e não como alguém que possa lutar junto connosco." (entrevista 2, MULEIDE).

Supõe-se que por esta razão aliada à factores culturais, o homem não está ainda suficientemente sensibilizado e, tem uma tendência a ser resistente quanto a questões de género, pelo que participa pouco na luta feminista.

¹¹ O extracto em negrito "e da responsabilidade do autor.

Quanto à estrutura etária, vimos que as idades dos nossos entrevistados, variam entre vinte e quatro e sessenta e dois anos. Nove indivíduos do total dos entrevistados possuem mais de quarenta anos, três possuem idades superiores a trinta anos e inferiores a quarenta anos e os restantes três, possuem idades inferiores a trinta anos. Estes dados indicam a predominância, entre os militantes feministas, de indivíduos maiores de quarenta anos, sendo que a idade média dos entrevistados é de quarenta e dois anos.

Em termos do nível de escolaridade, constatamos que a maioria dos entrevistados completou o ensino médio. Com este nível escolar, encontramos sete indivíduos que correspondem a 46.67% do universo observado, dos quais seis frequentaram o ensino geral e um o ensino técnico profissional. Com o nível superior encontramos cinco indivíduos do total dos entrevistados, com o nível básico um e dois que concluíram a 4ª Classe do Regime Colonial.

Estas informações referentes a frequência escolar dos nossos entrevistados, contrariam a ideia de que só pessoas com um alto grau de instrução, militam no feminismo. No entanto, reconhece-se a existência de um número considerável de indivíduos nessa condição entre os militantes feministas.

No tocante ao estado civil, a maioria da população observada é, constituída por indivíduos divorciados e solteiros, totalizando dez indivíduos o que perfaz uma percentagem global de 66.67% sendo seis solteiros e quatro divorciados. Os casados são apenas cinco, o que corresponde a 33.33% dos entrevistados.

A ideia de que militantes feministas, particularmente do sexo feminino, são mulheres mal sucedidas nos lares ou nas suas relações de namoro, devido a má conduta e incapacidade de gerir um lar e que, por isso, viram os seus casamentos ou tentativas de casar frustradas, fica aparentemente corroborada com estes dados. No entanto, os dados só por si, não são suficientes para nos levar a tal conclusão.

Para melhor compreender este fenómeno, perguntámos aos nossos entrevistados qual teria sido o motivo do divórcio. Das três respostas mais substanciais, todas dadas por mulheres, a primeira foi:

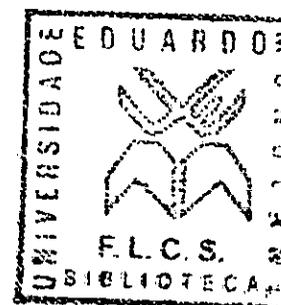
"O principal motivo foi a falta de entendimento com o meu marido. Ele era muito chato comigo e muito machista, não conseguia me ouvir, a vida tinha que ser do jeito que ele quisesse. As divergências entre nós foram aumentando até que eu não consegui mais suportar e resolvi me separar". (entrevista 9, AMCS)

Da segunda mulher, obtivemos a seguinte resposta:

"Devido ao meu carácter. Eu nunca deixei que o meu antigo marido me submetesse às suas vontades, antes pelo contrário, eu é que me sobrepunha a ele e talvez ele não tenha suportado essa realidade". (entrevista 11, AMCS).

Finalmente, na terceira resposta, a nossa entrevistada justificou dizendo que:

"Divorciámos por desnível cultural. Nós vínhamos de famílias de níveis diferentes, eu era mais instruída que ele e ganhava mais que ele e, ele não queria aceitar isso, fazia sempre guerra comigo e até queria que eu deixasse de trabalhar, fazia de tudo para que eu descesse até ao nível dele. Felizmente agora estou no segundo casamento e sou muito feliz com o meu marido actual". (entrevista 2, MULEIDE).



Em todos estes casos, nota-se que por detrás do divórcio há divergências entre os casais, relacionadas com valores culturais. No entanto, nenhum dado nos permite confirmar que, a principal razão é o insucesso associado a má conduta e incapacidade de gerir os lares, por parte das mulheres.

Dos militantes entrevistados, nove têm mais de oito anos na militância, os restantes seis são militantes a menos de oito anos. De realçar que os cinco entrevistados da AMCS são militantes desde a fundação da associação no ano de mil novecentos e noventa e oito, o que significa que têm todos oito anos como militantes. Na MULEIDE, encontramos dois indivíduos que são militantes há apenas um ano. Em termos da média, o tempo de militância dos nossos entrevistados é de sete anos.

4.2. A situação das relações de género

A maioria dos nossos entrevistados, descreve a situação das relações de género em Moçambique de forma moderada, considerando que há um grande trabalho que está sendo feito, no sentido de melhorar a situação da mulher na sociedade e de alguma forma, na sua interacção com o homem e que em resultado disso, a situação das relações de género, registou de modo geral, algumas melhorias. No entanto, estes procuram deixar bem claro nos seus depoimentos que, as desigualdades de género ainda são uma realidade em Moçambique.

Apenas dois sujeitos entre os entrevistados, descrevem a situação das relações de género sem qualquer comedimento, considerando-a como sendo péssima e lamentável. Destes dois, obtivemos a este propósito as seguintes respostas:

"Continua havendo dominação da mulher pelo homem. O homem é que manda em tudo e a mulher obedece e isso é muito lamentável porque para mim, trata-se de uma verdadeira exploração da mulher; a mulher tem que trabalhar para o homem e ainda ter que obedecer". (entrevista 4, MULEIDE).

"A situação das relações de género em Moçambique está muito má. Ainda está muito aquém do desejado, a mulher ainda é vista como o ser fraco e a luta das mulheres muita das vezes é vista como uma tentativa de se superiorizar perante o homem. E o pior é que até pessoas muito novas dos seus vinte anos, não estão livres do preconceito". (entrevista 13, AMMCJ).

As respostas do primeiro grupo de entrevistados, convergem quanto a ideia de que a situação de género no nosso país, vem conhecendo melhorias graças ao trabalho que está sendo feito pelas associações feministas, pelo governo e pela Sociedade Civil; graças a informação que vem sendo difundida em diversos cantos do país, diferentemente do passado em que as mulheres nem sequer sabiam que eram discriminadas, por falta de informação.

Em resultado desses esforços, a mulher tem, segundo os nossos entrevistados, cada vez mais oportunidades de participação, nas diversas áreas da via pública. Alguns dos entrevistados responderam da seguinte maneira:

“ Eu não estaria sendo justa se dissesse que continua tudo na mesma, porque já há um pouco de respeito e consideração pela mulher graças a luta que está sendo feita pelas mulheres, sobretudo nos serviços e nas escolas mas, as desigualdades ainda existem e por isso muito há ainda por fazer”. (entrevista 6, MULEIDE).

“Existem desigualdades mas, há um trabalho que está sendo levado a cabo, particularmente pelas associações e a situação está a melhor. Nota-se nas empresas, Rádio Moçambique por exemplo, que é onde eu trabalho, que a situação já é razoável. Já houve tempos em que a situação esteve mesmo mal, nas empresas privadas então pior, era muito difícil ser chefe sendo mulher, quando surgisse uma oportunidade para formação, primeiro eram os homens, mas hoje em dia as coisas mudaram um pouco”. (entrevista 8, AMCS)

Nota-se nestas respostas que, há uma tendência de descrever a situação das relações de género, olhando mais para a esfera pública e não para a privada o que nos leva a entender que, a melhoria ou mudanças a que se referem os nossos entrevistados, verificam-se a nível da esfera pública. Este dado, coincide de certa forma com a nossa segunda hipótese na qual afirmámos que a militância feminista contribui para o aumento das oportunidades e o conseqüente melhoramento da situação da mulher, na vida pública.

Esta constatação corrobora também, as conclusões de Ochy Curiel (2000) segundo as quais, apesar da maioria das associações feministas moçambicanas não atacar aspectos estruturais das relações de género, ligados aos valores e normas culturais e simbolismos, a sua actuação tem surtido algum efeito, na situação da mulher. Há uma visível e considerável transformação da imagem e da situação social da mulher pois, hoje em dia, existem mais mulheres participando em diferentes espaços públicos, tais como, cargos de direcção, nos partidos políticos, no governo, no parlamento, nas empresas, seguindo carreiras profissionais tradicionalmente vedadas para as mulheres. Encontram-se actualmente mais mulheres participando em áreas de investimento e um número cada vez crescente de raparigas, frequentando os diferentes níveis escolares.

As associações feministas têm, segundo as conclusões da mesma autora, conseguido remover os obstáculos formais de participação da mulher, através de acções visando a reforma de leis discriminatórias, elevar a capacidade financeira da mulher, através da criação de projectos de micro finanças e ainda promover socialmente a mulher e a rapariga, tentando dotar esta última de uma maior visão em termos de escolhas no futuro, tais como, o tipo de profissão a seguir. Mas, apesar de tudo isso, o homem continua tendo poder sobre a mulher em quase todas, senão todas as áreas onde esta participa.

4.3. O impacto do feminismo na vida dos militantes

Para fazermos uma avaliação e procurar compreender o impacto da militância feminista, na vida dos militantes quer a nível do espaço público, assim como privado, colocamos aos nossos entrevistados quatro questões básicas:

- Houve mudanças na sua vida familiar por causa da sua militância? Quais?
- E no seu local de trabalho ou na sua vida fora de casa, que mudanças notou?
- Quais eram as suas responsabilidades domésticas antes de se tornar militante?
- continua tendo as mesmas responsabilidades?

Do total dos entrevistados, onze afirmaram não ter havido qualquer mudança na sua vida familiar, apesar da sua condição de militantes feministas. Somente quatro indivíduos, entre o universo observado, consideram ter havido mudanças.

A partir das respostas dos nossos entrevistados concluímos que no seio familiar, homens e mulheres continuam desempenhando papéis sociais diferenciados onde as mulheres tendem a estar mais ligadas às tarefas domésticas, chegando mesmo a assumir essas tarefas como sendo de sua responsabilidade, enquanto que os homens tendem a estar alheios às tarefas e responsabilidades domésticas.

Esta tendência da não mudança nas vias familiares, foi igualmente constatada na nossa observação directa pois, notamos que homens e mulheres, continuam desempenhando papéis socialmente tidos como de sua responsabilidade, assumidos durante o processo de socialização.

Um dado importante que pudemos constatar a partir das respostas dos nossos entrevistados, aliadas a nossa observação directa, nas residências dos militantes feministas, é que mesmo os que possuem um alto grau de instrução, apesar de terem conhecimento dos seus direitos, de terem consciência da situação das desigualdades de género e da necessidade de lutar pela igualdade, também continuam se comportando, no seio familiar, de acordo com os papéis sociais assumidos durante o processo de interiorização e inculcação do habitus feminino e masculino.

Numa das famílias onde realizamos a observação directa, cujo agregado é de cinco pessoas, designadamente o pai – funcionário do Ministério da Agricultura, a mãe - jornalista e três filhos dos quais duas meninas e um rapaz, todos estudantes, permanecemos durante cinco horas de tempo, das oito às treze horas e, verificamos que a mãe é que se ocupa das actividades domésticas com ajuda das duas filhas.

Durante o tempo em que permanecemos naquela casa, notamos que enquanto a mãe preparava a refeição, as duas filhas lavavam a louça e faziam a limpeza da casa com alguns intervalos para assistir televisão, o rapaz que é o mais novo da família, ia alternando entre folhear alguns livros, jogar a bola com alguns amigos na rua e assistir alguns programas da televisão, antes de ser chamado, por uma das irmãs para se preparar e ir à Escola. O pai normalmente sai nas primeiras horas da manhã para o seu local de trabalho e só volta no fim da tarde.

Numa outra família, onde permanecemos das catorze às dezanove horas, o agregado familiar é composto por seis pessoas, designadamente o pai – funcionário público, a mãe – formadora e quatro filhos dos quais duas meninas e dois rapazes, observamos que durante o dia a casa fica na responsabilidade da empregada doméstica, pois os membros da família, nesse período, encontram-se normalmente fora de casa, uns a trabalhar outros a estudar e a cumprir outros afazeres do seu dia-a-dia.

O primeiro a regressar à casa foi o pai, por volta das dezasseis horas e trinta minutos, tendo abordado a empregada para saber se não tinha nenhum recado para ele, antes de se acomodar na cadeira de descanso, especialmente reservada para si, num dos cantos da sala de visitas. Uma hora depois chegou a mãe, tendo abordado a empregada para saber se tinha cumprido todas as orientações por si deixadas, se estava tudo bem em casa e se tinha acontecido algum problema na ausência dos patrões.

Antes da empregada se despedir para despegar, recebeu novas orientações da patroa para o dia seguinte, relativas às compras, preparação das refeições, limpeza e arrumação da casa. Foi-lhe recomendado que ao preparar o carril, não se esquecesse de deixar peixe frito à parte pois, "o patrão gosta de peixe frito".

Outro aspecto que despertou a nossa atenção foi o facto da senhora ter perguntado ao marido se podia mandar comprar gás, o que nos levou a acreditar que ela, costuma consultar ao marido antes de tomar algumas decisões, mesmo quando estas, são relativas a questões domésticas, que a maioria dos nossos entrevistados assumiu serem da responsabilidade das mulheres.

De referir que os dois únicos homens do universo dos entrevistados, afirmaram ter havido mudanças nas suas vidas e, associam essas mudanças ao facto de se terem filiado no feminismo, tendo respondido a nossa questão nos seguintes termos:

"Alguma coisa mudou. Já tenho uma outra forma de tratar as pessoas da minha família, sobretudo as mulheres. Agora sou mais compreensivo e tenho ajudado mais nas actividades domésticas, e penso que conta muito o facto de estar ligado a uma associação de defesa dos direitos da mulher". (entrevista 3, MULEIDE)

"Aparentemente não mudou nada mas, eu pessoalmente vejo que agora sou mais sensível e coopero mais com a minha esposa. Acho que por estar a trabalhar com assuntos de género, aos poucos vou ganhando mais consciência de ter que cooperar na minha vida familiar". (entrevista 5, MULEIDE)

Estes dois relatos, transmitem a ideia de que o envolvimento de homens na militância feminista, propicia mudanças nas suas vidas familiares e vem corroborar a afirmação de uma das nossas entrevistadas, segundo o qual, um dos grandes problemas do feminismo está relacionado com o fraco envolvimento de homens nas suas fileiras, com uma parte da responsabilidade a recair sobre as próprias mulheres que não têm dado espaço de participação ao homem. A dado passo, a nossa entrevistada disse o seguinte:

"... Se muitos homens participassem na luta através do seu envolvimento em associações de mulheres penso que em casa teriam maior capacidade de abertura e sensibilidade com assuntos de género..." (entrevista 2, MULEIDE).

Das duas mulheres que confirmaram mudanças na sua vida familiar, apenas uma associa este facto à sua condição de militante feminista, enquanto que a outra mostrou, no seu depoimento a dissociação da sua condição de militante feminista com as mudanças ocorridas na sua vida familiar. A primeira mulher respondeu-nos nos seguintes termos:

"Sim, houve mudanças porque agora tento exercer os meus direitos, quando sei que tenho capacidade de fazer alguma coisa faço, dou minhas opiniões, procuro me impor o que não acontecia dantes". (entrevista 11, AMCS).

A outra mulher respondeu o seguinte:

"Houve mudanças a partir da altura em que me separei do meu marido porque me tornei mais dona de mim, passando a tomar as minhas próprias decisões. Nessa altura eu ainda não era militante mas, não posso negar que a militância veio em parte reforçar a minha visão de luta pelos meus direitos como mulher". (entrevista 9, AMCS).

Quanto as mudanças na vida pública dos militantes feministas, identificamos dois grupos de respostas. O primeiro, composto pela maioria (doze indivíduos) do total dos entrevistados é, daqueles que conheceram mudanças nas suas vidas. Estes consideram que tais mudanças, relacionam-se com o melhoramento da situação da mulher na

sociedade que, vem ganhando maior visibilidade, conquistando mais respeito e tendo cada vez mais oportunidades, no espaço público.

O segundo grupo de três indivíduos, é daqueles que não registaram mudanças nas suas vidas. No entanto, conforme as respostas dadas por estes, constata-se que a não mudança que referem nos seus depoimentos, deve-se ao facto de nunca terem vivido uma situação de discriminação, que é o caso dos homens, ou então ao facto de sempre terem conseguido se impor perante tal situação. Vejamos como responderam:

“Não mudou. Quando estou no meio de colegas não me esqueço que sou mulher mas, também, não me sinto inferiorizada e sou assim desde que comecei a trabalhar”. (entrevista 2, MULEIDE).

“Acho que não mudou nada porque nunca houve formalidades no tratamento entre colegas e sempre trabalhamos sem problemas. Fora do serviço também, nunca tive problemas”. (entrevista 3, MULEIDE).

“No meu serviço não notei nenhuma mudança, o meu relacionamento com os colegas continua o mesmo, sempre tivemos um bom ambiente de trabalho e um bom relacionamento”. (entrevista 5, MULEIDE).

Notamos através da observação directa, realizada nos locais de trabalho dos militantes feministas que, já há uma certa consideração e respeito pela mulher. Há também um certo reconhecimento do papel da mulher, pois esta vai gradualmente tendo algumas oportunidades em termos de formação e desempenho de funções de responsabilidade nos serviços.

Verificamos que o ambiente de trabalho entre homens e mulheres é aparentemente estável; constatação que coincide com as declarações da maioria dos nossos entrevistados.

Se existe alguma forma de discriminação da mulher nos serviços, pelo menos, não é feita abertamente, e pode ser resultado dos valores, inculcados durante o processo de socialização, que fazem com que o homem seja resistente, no tocante ao

reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, por um lado, e por outro que a própria mulher tolere situações de discriminação.

Na MULEIDE onde permanecemos quatro horas de tempo, das oito às doze horas, verificamos que as funções de responsabilidade como a coordenação geral e a coordenação de projectos, são assumidas por mulheres. Existem alguns homens trabalhando principalmente nas áreas de formação e aconselhamento, para além do motorista.

No decurso dos seus trabalhos, não notamos qualquer atitude ou comportamento de discriminação ou que nos permitam concluir que existe um mau ambiente de trabalho entre homens e mulheres.

Na Rádio Moçambique, onde permanecemos das catorze às dezassete horas, na redacção daquela estação emissora, pudemos acompanhar o trabalho de um grupo de onze jornalistas e não obstante a maioria fosse composta por homens – oito contra três mulheres, constatamos que uma das três mulheres era da categoria de editor e apenas um homem, naquele grupo, era também da categoria de editor.

No decurso do trabalho, alguns dos jornalistas consultavam certos aspectos a jornalista editora e por vezes, recebiam algumas ordens desta, cumprindo-as normalmente o que vem reforçar o entendimento de que as mulheres vem tendo cada vez mais oportunidades, em termos de desempenho de funções de responsabilidade, nos serviços e que as suas capacidades e qualidades, vão também gradualmente sendo reconhecidas.

O ambiente de trabalho entre aquele grupo de jornalistas, mostrou-se harmonioso e salutar, com respeito e consideração entre os colegas, mesmo os do sexo feminino e, durante a nossa permanência no local, não notamos qualquer atitude de discriminação manifestamente aberta.

Em termos de actividades domésticas antes da militância, todas as mulheres que foram entrevistadas por nós, em número de treze, assumiram ser da sua responsabilidade as tarefas que são socialmente tidas como das mulheres na esfera privada, isto é no seio familiar.

Algumas das respostas que obtivemos a propósito desta questão foram:

"Faço o que normalmente uma mulher faz numa família, cozinhar, arrumar a casa, varrer, etc. "(entrevista 2, MULEIDE)

"Sempre tive que fazer os trabalhos das mulheres porque a educação que tive, foi muito rígida nesse sentido..."(entrevista 6, MULEIDE).

"... nós as mulheres fomos e continuamos sendo preparadas para assumir a responsabilidade como boas donas de casa. Eu também sempre assumi esse papel..."
(entrevista 9, AMCS).

Dos dois homens (13.33%) o primeiro respondeu da seguinte maneira:

"Nunca tive actividades específicas, tenho feito um pouco de tudo, varrer o quintal, arrumar a casa, limpar o chão, etc. Só não costumo cozinhar e lavar roupa porque não levo muito jeito para isso". (entrevista 3, MULEIDE).

O outro declarou o seguinte:

"A minha maior responsabilidade é cuidar da minha família e procurar garantir o melhor para eles. Tenho também ajudado em tudo o que for possível". (entrevista 5, MULEIDE).

Ao analisarmos estas respostas, concluímos que nenhum dos homens entre os entrevistados, assume as actividades domésticas, sobretudo as socialmente mais consideradas femininas, tais como: cozinhar, lavar e cuidar das crianças, como sendo de sua responsabilidade.

Relativamente à provável mudança nas responsabilidades domésticas dos militantes feministas, depois que estes se filiaram no feminismo, os dados recolhidos no campo, indicam que treze indivíduos do total dos entrevistados, continuam tendo as mesmas responsabilidades, não obstante a sua integração na militância feminista.

Destes treze, onze são mulheres e todas elas, apontam causas culturais e o processo de socialização como responsáveis pela não mudança das tarefas, enquanto que os dois homens para além da socialização e factores culturais, referem também o seu envolvimento no feminismo como elemento que reforça a sua participação em actividades socialmente tomadas como femininas, vejamos alguns dos depoimentos prestados:

"Continuo tendo as mesmas responsabilidades. Tal como eu disse no início, nós as mulheres fomos educadas assim e vai ser muito difícil mudar. A situação não pode mudar de um dia para o outro, terá que ser um processo que vai levar muitos anos. Vou te dar um exemplo: Há dia,s dispensei a minha empregada e tive que passar a conciliar o serviço com as tarefas de casa, até fiz uma divisão de tarefas, meus filhos ajudam a lavar a louça e arrumar a mesa e eu tenho que cozinhar e fazer o resto, meu marido continua sem fazer nada como se ainda tivéssemos empregada, fica sentado na sala a beber uma cervejinha. Mas, também não insisto, já imaginou se a minha sogra encontra o meu marido a pilar amendoim ou a lavar panelas e que sentada? Isso é um problema cultural. Quando vamos todos (irmão do meu marido e esposas) a casa da minha, sogra nós as mulheres é que fazemos tudo, os homens ficam a espera de comer e, quando está pronto até são os primeiros". (entrevista 2, MULEIDE).



"Continuo e acho que vai ser muito difícil mudar, na geração actual é praticamente impossível mudar, talvez nas próximas gerações, se houver muito trabalho nesse sentido porque o problema está na forma como fomos educadas em casa. Somos ensinadas desde pequenas a adoptar certas tarefas e crescemos assim, por isso fica muito difícil mudar. Por outro lado vivemos num meio social em que se espera de nós o desempenho desse papel e se tentarmos mudar isoladamente, corremos o risco de ser rejeitadas na sociedade". (entrevista 13, AMCS)

"Continuo ajudando em tudo o que posso, tudo o que sou capaz de fazer faço sem problemas porque o meu pai, sempre nos obrigou desde pequenos a trabalhar em casa e também porque no meu dia-a-dia, lido com assuntos de género". (entrevista 3, MULEIDE).

Os restantes dois entrevistados, ambos do sexo feminino, disseram ter havido algumas mudanças nas suas responsabilidades domésticas mas, nos seus relatos abaixo citados, entende-se que essas mudanças nada têm a ver com a militância feminista.

“Eu me tornei militante feminista, na mesma altura em que comecei a trabalhar aqui na MULEIDE e, alguma coisa mudou de facto nas minhas tarefas domésticas porque como trabalho, praticamente não tenho tempo para fazer tudo que eu fazia dantes em casa, até cozinhar, só cozinho aos fins de semana porque o meu namorado gosta de comida preparada por mim”. (entrevista 1, MULEIDE).

“Não! Os meus filhos já são crescidos e tive a sorte de começar por uma menina e eles é que fazem tudo, lavam, fazem limpeza, cozinham, até os dois rapazes que seguem a menina já sabem cozinhar. Eles dão conta de tudo... A militância serve de facto para alguma coisa mas, as pessoas ainda não estão tão consciencializadas de maneira a haver tal mudança”. (entrevista 7, MULEIDE).

Os dois relatos acima citados transmitem-nos a ideia de que, mesmo em termos de visão, alguns feministas continuam - conscientemente ou não - presos à ideia de que a mulher deve agradar ao homem e que, deve assumir as responsabilidades domésticas.

As nossas duas hipóteses de trabalho, ficaram confirmadas com os dados apresentados, na medida em que a maioria dos nossos entrevistados, refere que a militância feminista não trouxe mudanças nas suas vidas familiares e, nem nas suas responsabilidades domésticas, o que quer dizer que apesar de serem militantes feministas e se mostrarem determinados na luta pela igualdade de género, continuam se comportando de acordo com os papéis sociais aprendidos e interiorizados durante o processo de socialização.

É este o processo que faz com que os indivíduos captem os elementos culturais, integrando-os na sua personalidade e se adaptando deste modo ao seu meio social, conforme o conceito de socialização de G. Rocher (1989) desenvolvido na conceitualização.

O comportamento que estes indivíduos adoptam, segundo os papéis sociais constituem aquilo que Bourdieu (1993) chama de sistema de disposições adquiridas pela

aprendizagem. Este sistema de disposições é geralmente um sistema durável que marca quase toda, senão toda a vida do indivíduo o que explica a dificuldade de mudanças, na vida dos militantes feministas, particularmente no que diz respeito à mudanças de papéis sociais de homens e mulheres no espaço privado, o que quer dizer que, continuam desempenhando os mesmos papéis sociais assumidos durante o processo de socialização.

Foi por outro lado confirmada a nossa segunda hipótese na medida em que os nossos entrevistados afirmam na sua maioria haver cada vez mais oportunidades para as mulheres na esfera pública resultando daí o melhoramento da sua situação nesta esfera, apesar de considerarem que as desigualdades de género, ainda constituem uma grande preocupação no nosso país.

De referir que mesmo assim, a situação da mulher na sociedade ainda está longe de ser o desejado, particularmente pelos militantes feministas, segundo as declarações dos nossos entrevistados, o que na leva a entender que os feministas devem ainda trabalhar muito para que o impacto das suas acções, atinja os níveis desejados ou seja para que haja uma situação de equidade de género.

4.4. Principais dificuldades dos feministas e estratégias de superação

Neste sub capítulo, o nosso interesse era de conhecer as principais dificuldades enfrentadas na luta dos feministas, as principais razões dessas dificuldades e quais é que seriam as principais estratégias para ultrapassar essas dificuldades.

As principais dificuldades apontadas pelos nossos entrevistados, como sendo as que mais preocupam os militantes feministas, são a falta de consenso entre as pessoas nas questões de género, a insensibilidade e resistência à mudanças por parte dos homens e a fraqueza das próprias mulheres, na prossecução dos seus objectivos e defesa dos seus interesses, que em certos casos chegam mesmo a opor-se às acções dos feministas.

Seis dos entrevistados responderam à nossa questão afirmando o seguinte:

“A maior dificuldade é de conseguir reunir consenso entre as pessoas”. (entrevista 3, MULEIDE).

“Os homens normalmente não acatam os nossos conselhos e, isso dificulta o alcance dos nossos objectivos. Em alguns casos; as mulheres também não colaboram”. (entrevista 4, MULEIDE).

“É difícil alcançar os nossos objectivos porque não é fácil tanto para nós que, nos envolvemos directamente na luta pela igualdade e muito menos para a sociedade em geral, nos libertamos dos hábitos e costumes culturais e da tradição que adquirimos ao longo da nossa educação”. (entrevista 5, MULEIDE).

“As pessoas não dão muita importância às mensagens que divulgamos. Quando há palestras, seminários ou debates até contribuem com boas ideias e parecem estar sensibilizadas mas, quando já é para pôr em prática a coisa é outra, por isso que as desigualdades se mantêm porque as pessoas não mudam a sua mentalidade”. (entrevista 7, MULEIDE).

“A grande dificuldade na minha maneira de ver é, a falta de entendimento entre o homem e a mulher porque o entendimento é a chave de tudo; da harmonia, da paz e estabilidade na família. É também a chave do respeito e da igualdade de direitos”. (entrevista 8, AMCS).

“Temos tido dificuldades de resolver amigavelmente os conflitos entre indivíduos que, nos tem aparecido na associaçã, que em grande medida se situam a nível dos conflitos de género. Omo sabe, essa é a nossa vocação. Por outro lado, temos notado que nunca somos bem compreendidos na nossa missão, as pessoas acham que queremos ter poder sobre o homem, mas não é bem assim, homem é homem e mulher é mulher, ninguém pode substituir o outro, o que se quer é que haja igualdade e respeito pelos direitos um do outro e que haja oportunidades iguais para todos”. (entrevista 13, AMMCJ).

Como razões dessas dificuldades, são apresentadas pelos nossos entrevistados a falta de diálogo, o fraco envolvimento dos homens na luta pela igualdade de género mas, acima de tudo são apontadas razões culturais, ligadas aos hábitos, costumes e valores sócio-culturais. Para sustentar esta afirmação, apresentamos quatro das respostas dadas pelos sujeitos observados.

“Devem-se à insensibilidade ou resistência do homem, por um lado mas, também a fraqueza da própria mulher”. (entrevista 2, MULEIDE).

“Tem a ver com a educação que as pessoas tem desde pequenas porque nascem e aprendem a comportar-se de uma certa maneira e quando já são adultos torna-se difícil mudar”. (entrevista 4, MULEIDE).

“ O problema está na forma como fomos educados. Os homens crescem a saber que eles é que dominam as mulheres e estas por sua vez, são ensinadas a obedecer e é assim que normalmente se comportam “. (entrevista 8, AMCS).

“Os homens têm se mostrado renitentes e as mulheres também, não têm tido controlo da vida a dois de modo a manterem a estabilidade, deixam o conflito se arrastar por muito tempo e, só despertam quando este se torna insustentável. Mas, por detrás de tudo, isso estão acima de tudo os valores e crenças culturais “. (entrevista 13, AMMCJ).

Encontramos nas respostas dos nossos entrevistados, uma certa coerência entre os motivos das dificuldades e as sugestões que apresentam, como sendo estratégicas para a superação dessas mesmas dificuldades se tomarmos em conta que, as principais ideias recomendam a continuação da sensibilização, o diálogo, o envolvimento de mais homens nas acções em prol da igualdade de género e a transmissão de novos valores e hábitos nas crianças, através da introdução de matérias de género, no sistema de educação escolar.

A família não aparece como prioridade entre os meios de transmissão de novos valores que, poderão assegurar a equidade de género, por ser considerada o principal meio social onde se reproduzem os valores que perpetuam as desigualdades, conforme afirmou uma das entrevistadas no seu depoimento:

“Deve-se lutar por incorporar matérias de género, no sistema de ensino e continuar a privilegiar o diálogo, debates e sensibilização. Penso que está mais do que provado que, a partir de casa não haverá mudanças porque é justamente na Família, onde as crianças são ensinadas os valores e hábitos que mantêm as desigualdades de género na sociedade” (entrevista 13, AMMCJ).

Nos outros relatos obtivemos as seguintes opiniões:

“ Deve haver mudanças dentro das próprias associações feministas, devem procurar envolver mais homens e tentar sensibilizar a sociedade, através dos órgãos de comunicação social, teatro e até mesmo do contacto cara-a-cara (entrevista 2, MULEIDE).

“... Procurar trabalhar com o empoderamento da mulher e sensibilizar o homem. Mas, é preciso ter cuidado porque a mulher também, sempre que se sente em posição privilegiada em relação ao homem, tende a se sobrepor a este” (entrevista 3, MULEIDE).

“É preciso mudar a forma como se educam as crianças. Deve-se ensinar às crianças a respeitar os direitos dos outros para que, no futuro haja realmente respeito pelos direitos da mulher” (entrevista 6, MULEIDE).

“ Deve haver muita sensibilização e deve-se mudar a forma de educar os filhos nas famílias ,e procurar reforçar essa educação em outros meios fora de casa, neste caso nas escolas” (entrevista 8, AMCS).

“Deve-se trabalhar muito na educação dos indivíduos desde pequenos porque quando já são adultos, fica difícil mudar. Deve-se privilegiar também o diálogo, debates e Workshops.É verdade que a mulher também deve mudar, deve procurar evoluir mais e

aumentar as suas capacidades mas, sobretudo o homem é que deve mudar". (entrevista 11, AMCS)

Estas declarações demonstram que devem ser tomados em conta, os aspectos culturais e da educação, particularmente das crianças, pois os aspectos sócio-culturais, interiorizados pelos indivíduos ao longo do processo de socialização é que são a base das desigualdades de género, se considerarmos que são transmitidos valores e hábitos diferenciados entre rapazes e raparigas que, marcam a diferenciação dos papéis sociais entre homens e mulheres. Esta nossa afirmação, pode ser sustentada por Osório (1998) ao dizer que, a educação das crianças em Moçambique, marca desde a nascença a desigualdade nas relações de género ao serem diferenciadas as expectativas face aos rapazes e raparigas pela maneira como se repartem as tarefas, como se sancionam ou se premeiam as condutas e se distribuem os afectos.

Este fio de pensamento é igualmente encontrado na afirmação de Amâncio (1994), onde diz que tanto os homens assim como as mulheres, comportam-se normalmente de acordo com as expectativas sociais e dentro daquilo que é a concepção social de ser homem ou mulher. Homens e mulheres, assumem naturalmente modelos de comportamento que lhes são socialmente impostas.

Privilegiar aspectos sócio-culturais não significa, no entanto que se deve ignorar por completo a estratégia que, passa pela resolução de aspectos práticos e imediatos das relações de género, como sejam o empoderamento da mulher, participação na vida pública, promoção da educação das raparigas, violência contra a mulher e outros pois, esta estratégia de acção, serve de alguma forma para o melhoramento da situação da mulher na vida pública.

Estas seriam as duas principais estratégias a adoptar, na prossecução dos objectivos feministas, também vistas por Curiel (2000) ao distinguir a estratégia feminista que defende a introdução, no mundo masculino e nos seus sistemas de modo a conseguir-se reformas paulatinas que, vão gerando mudanças em torno da participação activa das mulheres na vida política, económica, social, cultural, civil e em todas as outras áreas; da outra estratégia que advoga a necessidade de se fazer um trabalho desde o cultural e o simbólico, através da mudança de valores e da maneira de olhar para a realidade, nos

espaços públicos e privados para subverter o sistema patriarcal das relações de género e conseguir a sua transformação.

Esta segunda estratégia, inspira maior confiança na busca dos objectivos feministas, primeiro porque nada indica que a maior participação das mulheres em diversas áreas da vida social possa significar necessariamente a redução ou eliminação das desigualdades de género; nada indica o fim do poder dos homens sobre as mulheres nessas mesmas áreas, segundo, porque as desigualdades de género assentam em aspectos sócio-culturais ligados ao sistema de valores, sendo aí onde deve incidir mais a preocupação dos feministas.

5. CONCLUSÃO

O nosso trabalho tinha em vista compreender, numa perspectiva sociológica, possíveis mudanças na vida dos militantes feministas em função da sua militância de modo a podermos fazer uma avaliação do impacto dessa militância, no seio da população alvo do estudo. Procurámos igualmente conhecer as características e as principais dificuldades dos militantes feministas bem como as prováveis soluções destas.

Os resultados do estudo indicam que, o universo estudado é composto maioritariamente por mulheres, o que revela uma fraca participação dos homens, na luta feminista. Por outro lado, indicam que a maioria dos indivíduos observados, possui idades superiores a quarenta anos, sendo a média das idades de quarenta e dois anos, revelando a fraca aderência de pessoas mais jovens. Pudemos ainda verificar que a maioria dos sujeitos do grupo observado, completou o nível médio de escolaridade, seguindo os do nível superior, a frente dos do nível básico e primário que constituem a minoria. Finalmente, tivemos a indicação, através dos mesmos resultados, de que existem entre os militantes feministas muitos indivíduos vivendo na condição de solteiros e divorciados ou que já tiveram a experiência de divórcio.

Levantamos hipoteticamente duas proposições que, foram corroboradas pelos resultados obtidos no terreno. A primeira proposição,¹² foi confirmada ao observarmos que não se registam mudanças na vida privada dos militantes feministas, como resultado da sua militância, continuando estes a desempenhar os seus papéis sociais tradicionais, assumidos durante o processo de socialização. A segunda proposição,¹³ foi confirmada pela constatação, baseada nos resultados do estudo, de que na esfera pública, as oportunidades para as mulheres tem vindo a aumentar ao mesmo tempo que a sua situação em termos das desigualdades entre homens e mulheres, nesta esfera, vai melhorando. Mas, apesar destes avanços na luta pela equidade de género, as desigualdades ainda persistem, conforme constatamos ao longo do estudo.

¹² Apesar de os militantes feministas se mostrarem determinados na luta pela igualdade de género, continuam se comportando no seio familiar, de acordo com os papéis sociais de homens e mulheres assumidos durante o processo de socialização.

¹³ A militância feminista contribui para o aumento das oportunidades das militantes feministas nas diversas áreas da vida pública.

Assim, concluímos em última análise que, a militância feminista ainda não exerce um grande impacto na vida dos militantes feministas, no sentido de que ainda não produziu os resultados desejados, sobretudo a nível privado, onde a situação se mostra mais difícil dado que, enquanto os homens tendem a se mostrar alheios às tarefas e responsabilidades domésticas, as mulheres tendem a desempenhá-las e a assumi-las como sendo de sua responsabilidade.

Os resultados da nossa pesquisa vieram mostrar que, os militantes feministas devem ter muito em conta na sua luta, os aspectos sócio-culturais inculcados nos indivíduos durante o processo de socialização, pois é nestes aspectos que assentam as desigualdades de género e são estes aspectos que, normalmente orientam os comportamentos dos indivíduos na sociedade.

Com este estudo, pretendíamos contribuir no debate sobre as relações de género, olhando para o impacto do feminismo na vida dos militantes feministas e, esperamos ter conseguido dar o nosso modesto contributo, sobretudo na compreensão dos factores que dificultam a luta feminista e o alcance de melhores resultados nessa luta, assim como das possíveis estratégias que possam trazer melhores efeitos na busca da igualdade de género.

Esperamos que os pesquisadores de assuntos de género, principalmente os que realizam estudos práticos para aplicação em políticas de género, se debrucem mais sobre este assunto, de forma a aprofundarem o conhecimento, cada vez mais esclarecido, destes factores e contribuir para a busca de melhores soluções na luta pela equidade de género, na nossa sociedade.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. Fontes principais

1. AMÂNCIO, Lúcia. Masculino e feminino - A construção social da diferença, edição afrontamento, porto, 1994.
2. *Análise de género: O que é? Algumas interpretações e definições da tecnologia da análise de género* In: Helena Lalonde, guidelines for the integration of women in the project cycle, Canadian international Development agency, 1989
3. BOURDIEU, Pierre. *Sociology in question*, Sage, London, 1993.
4. BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*, Renato Ortiz (Org) 2ª ed, Ática, São Paulo, 1994.
5. CASIMIRO, Isabel. *Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999
6. CASIMIRO, Isabel. *Movimentos sociais e feminismo* In: Revista estudos moçambicanos, CEA/UEM, Maputo, 2001
7. COLLIER, Edda V.D. Berg. *Em direcção a igualdade de género em Moçambique*, ASDI, 2000.
8. Constituição da República de Moçambique, Maputo, 1990
9. CURIEL, Ochy. *Nueva centuria del feminismo* In: textos dispersos, VIII encuentro feminista Latino americano y del Caribe, Junio del 2000
10. GIL, António. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 5ª ed, Atlas, São Paulo, 1999



11. HORTON, Paul & HUNT, Chester. *Sociologia*, Mcgraw-Hill, São Paulo, 1981
12. KULIMA & AMDU. *Organizações não-governamentais nacionais*, núcleo coordenador interino das ONG's nacionais, Maputo, Junho de 1997
13. NEVES, José Luís. *Pesquisa qualitativa-características, usos e possibilidades*. Disponível em: <WWW.Ead.fea.usp.br/cadpesq/arquivos/C03-art06.pdf> acessado em: 13 de Maio de 2005.
14. OSÓRIO, Conceição. *Escola e Família*, In: Loforte, A & ARTHUR, M relações de género em Mpçambique, UEM, Maputo, 1998
15. QUIVY, R & CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de investigação em ciências sociais*; Trad. João marques e maria Mendes, Gravita, Lisboa, 1992
16. ROCHER, Guy. *Sociologia Geral: A acção social*, 5ª ed, Vol 1, editora Presença, Lisboa, 1989
17. SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*; Trad. M. F. De Azevedo, estampa, Lisboa, 1992.
18. TRIVIÑOS, A. *Introdução a pesquisa em ciências sociais*, Atlas, São Paulo, 1987
19. VALÁ, Jorge. *Sobre as representações sociais: para uma epistemologia do senso comum* In: Cadernos de ciências sociais N°4, Edição Afrontamento, Porto, 1986
20. VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*, Cortéz editora, São Paulo, 1989

6.2. Fontes Secundárias

1. AGUIAR, Neuma (Org). *Génro e ciências humanas: Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Editora Rosa dos anjos, Rio de Janeiro, 1997
2. AMÂNCIO, Lígia. *As assimetrias nas representações de género*, In: Revista crítica das ciências sociais Nº 34, fevereiro de 1992
3. AMARAL, Wanda do (Compil). *Guia para apresentação de teses, trabalhos de graduação*, 2ª ed, Livraria Universitária/UEM, Maputo, 1999
4. ARTHUR, Maria José. *Políticas de desigualdade*, Fórum mulher, Maputo, 2000
5. BARRATA, O.S. *As ligações familiares*, In: introdução às ciências sociais, Vol 2, Bertrand, Lisboa, 1991
6. BERGER, P & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*, 13ª ed, Vozes, Petrópolis, 1996
7. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Celta editora, Oeiras, 1997
8. CASIMIRO, Isabel & ANDRADE, Ximena. *Construindo uma teoria de género em Moçambique*, In: Revista Estudos moçambicanos números 11/12, CEA/UEM, Maputo, 1992
9. CASIMIRO, Isabel. *Estudos sobre género em Moçambique*, CEA/UEM, Maputo, 1995
10. *Convention of the elimination of all forms of discrimination against Women*, United Nations, New York, 1991

11. DEMARTES, Lúcia. *Compêndio de Sociologia*, Edições 70, Lisboa, 1999
12. ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, Editorial presença, Colecção síntese, Lisboa, 1976.
13. ETTIENE, J. *Dicionário de Sociologia: as noções, os mecanismos e os autores*, Platano editora, Lisboa, 2000
14. FERREIRA, J. M. *Sociologia*, Mcgraw-Hill, Lisboa, 1995
15. FRELIMO, *Hinos da Revolução*, 4ª ed, Maputo, 1975
16. FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT. *Promoção da mulher: Estratégias de género nos projectos da FFE em Moçambique*, FFE, Maputo, 1997
17. KRIGER, Joel (ed). *The Oxford companion to politics of the World*, Oxford University press, Oxford and New York, 1993.
18. MARTINS, Carlos B. *O que é Sociologia*, 14ª ed, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987
19. MICAS. *Plano de acção do governo pós-beijing (1997-2000)*, Maputo, Outubro de 1996
20. PITANGUY, Jacqueline. *Mulher e cidadania*, In: *Mulher e políticas públicas*, IBAMA/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991
21. PNUD. *Relatório de Desenvolvimento humano (2001)*, SARDC/PNUD/UEM, Maputo, 2001

22. *Política do género: estratégias globais para alcançar a equidade entre os géneros e o empoderamento da mulher*, ACTIONAID, Maputo, Outubro de 2000
23. SARDC. *Monitor de género da SADC: Monitorando a implementação dos compromissos assumidos em Beijing pelos Estados membros da SADC*, SARDC/SADC, Harare, 1999
24. SILVA, Benedito (Coord). *Dicionário de ciências sociais*, Fundação Getúlio Vargas/Instituto de documentação, Rio de Janeiro, 1986
25. SOUSA, M. C de (Org). *Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade*, Vozes, Petrópolis, 1994
26. TEMBA, Eulália (Coord). *Famílias em contexto de mudança em Moçambique*, WLSAMOZ/DEMEG-CEA-UEM, Maputo, 1998.
27. WEBER, Max. *Tipos de dominação*, In: CRUZ, M. Braga(Org). *Teorias sociológicas – Os fundadores e os clássicos*, 2ª ed, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995
28. WORSLEY, Peter. *The new introducing sociology*, 3ª ed, Penguin Books, 1987

7. ANEXOS

Anexo I. Instrumento de observação

Número do entrevistado: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Duração da entrevista. Início: ____ h ____ min Fim: ____ h ____ min

Carracterísticas do entrevistado

Idade _____ Sexo _____

Nível académico _____

Profissão _____

Ocupação _____

Local de trabalho _____

Estado civil _____ Número de filhos _____

Pessoas com quem vive _____

Anos de militância _____

Associação _____

Guião de entrevistas

1. Qual é o seu entendimento de feminismo?
2. O que acha da actual situação das relações de género em Moçambique?
3. O que deveria ser feito para que haja justiça nas relações de género (políticas e estratégias para a igualdade de género)?
4. O que é que a sua Família pensa sobre sua situação de militante feminista?
5. Houve mudanças na sua vida familiar por causa da sua militância? Quais?
6. E no seu local de trabalho ou na sua vida fora de casa que mudanças notou?
7. Quais eram as suas responsabilidades domésticas antes de se tornar militante?
8. Continua tendo as mesmas responsabilidades?
9. Na sua Família quem toma as decisões mais importantes?
10. Costuma consultar alguém da Família antes de decidir?
11. Já se separou ou divorcio alguma vez na sua vida?
12. Qual foi o motivo?
13. Quem normalmente toma conta das crianças em Casa?
14. Se um filho/filha seu tomasse tendências do sexo oposto o que é que faria?
15. Tem tido dificuldades de viajar em serviço devido a responsabilidades domésticas?
16. Qual tem sido a reacção do seu cônjuge quando viaja?
17. Que dificuldades tem enfrentado como militante feminista?
18. Na sua opinião a que se devem essas dificuldades?
19. O que faz para superá-las?
20. Tem algum comentário ou acréscimo a fazer?

Muito obrigado!

Anexo II. Tabela dos entrevistados

Associação	Número de entrevistados	Distribuição por sexo		Tipo de Entrevista
		Homens	Mulheres	
MULEIDE	7	2	5	Individual
AMCS	5	-	5	Individual
AMMCJ	3	-	3	colectiva

AnexoIII. Tabela Síntese

Número do entrevistado	Sexo	Idade em 2006	Nível escolar	Estado Civil	Anos de Militância
1	F	25	Licenciada	Solteira	1
2	F	52	11ª Classe ASE	Casada-ED	10
3	M	24	3º Ano -ETPM	Solteiro	1
4	F	47	11ª Classe ASE	Solteira	6
5	M	41	Licenciado	Casado	8
6	F	39	11ª Classe ASE	Divorciada	7
7	F	45	9ª Classe ASE	Casada	9
8	F	62	4ª Classe-R.C.	Solteira-VM	8
9	F	51	11ª Classe ASE	Divorciada	8
10	F	47	11ª Classe ASE	Casada	8
11	F	49	11ª Classe ASE	Divorciada	8
12	F	53	4ª Classe-R.C.	Solteira	8
13	F	27	Licenciada	Solteira	4
14	F	38	Licenciada	Divorciada	10
15	F	33	Licenciada	Casada	7

LEGENDA:

ASE - Antigo Sistema de Educação

ETPM - Ensino Técnico Profissional Médio

R.C. - Regime Colonial

E.D. Já teve experiência de divórcio

VM - Já teve experiência de vida marital

Anexo IV. Lista de algumas associações e organizações que trabalham na área da mulher e do género

1. Associação das donas de Casa (ADOCA)
2. Associação moçambicana da mulher de carreira jurídica (AMMCJ)
3. Associação da mulher na comunicação social (AMCS)
4. Associação moçambicana para o desenvolvimento da Família (AMODEFA)
5. Associação moçambicana mulher na educação (AMME)
6. Associação de mulheres empresárias e executivas (ACTIVA)
7. Associação moçambicana da mulher Rural (AMRU)
8. Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE)
9. Associação promoção de desenvolvimento económico-social e cultural da mulher (MBEU)
10. Associação Rural de ajuda mútua (ORAM)
11. Conselho cristão de Moçambique (CCM)
12. Cooperação Finlandessa
13. Cooperação Norueguesa
14. Cooperação Suíça
15. Coordenação para a mulher no desenvolvimento (Fórum Mulher)
16. Cruz vermelha de Moçambique (CVM)
17. Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC)
18. Fundação Friedrich Ebert (FFE)
19. Organização da Mulher moçambicana (OMM)
20. União geral das Cooperativas (UGC)
21. Women and Law in southern Africa-Mozambique (WLSA-MOZ)

